

O acesso aos banheiros públicos por pessoas transexuais e travestis: desestabilizando a noção de abjeção

Lídia Figueiredo dos Santos. Universidade de Brasília.

Pedro Luiz Rocha Rodrigues. Universidade Federal de São João del-Rei.

Wellington Magno da Silva. Universidade Federal de São João del-Rei.

Larissa Medeiros Marinho dos Santos. Universidade de Brasília.

Isabela Saraiva de Queiroz. Universidade Federal de São João del-Rei.

Resumo

O presente estudo teve como objetivo discutir as experiências de pessoas transexuais e travestis no acesso aos banheiros públicos. Nos utilizamos da história oral temática para produção de dados, realizando entrevistas com cinco pessoas transexuais e/ou travestis. Interpretamos os dados pela Análise Crítica do Discurso. Constatou-se que as experiências de pessoas transexuais e travestis nos banheiros perpassam os debates sobre o sofrimento ético-político e a dialética inclusão/exclusão corporificada na noção de passabilidade; os símbolos como categoria central para as determinações de gênero e autorização da transitabilidade dos corpos nos espaços sociais; e a compreensão dos banheiros em termos paradoxais, contingenciais e paradigmáticos.

Palavras-chave: banheiros públicos; transexualidade; travestilidade; sexismo.

Abstract

Access to public restrooms by transexual people and travestis: destabilizing the notion of abjection. This study aimed to discuss the experiences of transgender people and *travestis* in accessing public restrooms. We used thematic oral history to produce data, conducting interviews with five transgender and/or *travesti* people. We interpreted such data by critical discourse analysis. The experiences of transgender people and *travestis* in bathrooms permeate debates about ethical-political suffering and the inclusion/exclusion dialectic embodied in the notion of passability; symbols that constitute a central category to determine gender and authorize the transitability of bodies in social spaces and understand bathrooms in paradoxical, contingent, and paradigmatic terms.

Keywords: public restrooms; transsexualism; transvestism; sexism.

Resumen

Acceso a baños públicos por personas transexuales y transvestis: desestabilizando la noción de abjección. El presente estudio tuvo como objetivo discutir las experiencias de personas transgénero y travestis al acceder a baños públicos. Utilizamos la Historia Oral Temática para producir datos, realizando entrevistas a cinco personas transgénero y/o travestis. Interpretamos los datos mediante el Análisis crítico del discurso. Se encontró que las experiencias de personas transexuales y travestis en los baños permean los debates sobre el sufrimiento ético-político y la dialéctica inclusión/exclusión encarnada en la noción de transitabilidad; los símbolos como categoría central para determinar el género y autorizar la transitabilidad de los cuerpos en los espacios sociales; y la comprensión de los baños en términos paradójicos, contingentes y paradigmáticos.

Palabras clave: baños públicos; transexualidad; travestismo; sexismo.

Introdução

Toda vez em que uma pessoa afirma que não se reconhece em seu próprio corpo, não se identifica com o gênero imposto ou que deseja uma cirurgia corretiva de seu sexo, um conjunto de instituições sociais é posto em ação, afirmando que essas sentenças são expressas por uma pessoa transtornada (Berenice Bento, 2008)¹. A heterossexualidade compulsória (Adrienne Rich, 2010) opera como norma reguladora de subjetividades, organizando a sociedade e as relações humanas a partir da noção de abjeção a experiências dissidentes (Judith Butler, 2019). Ao caracterizar uma pessoa trans a partir de uma categoria psicopatológica, promove-se a fixação e redução desse indivíduo a uma posição na qual seus conflitos são da ordem de sua própria subjetividade. Ao contrário dessa visão, Bento (2008) afirma que a transexualidade é uma experiência identitária que subverte as normas de gênero e gera outras relações sociais.

Estudos de impacto social e científico estão explicando dinâmicas de violação de direitos sem precedentes contra essa população, viabilizando um contexto intencional de (re)produção de preconceitos e violências de gênero, fundamentalmente sexistas e homofóbicas (Karin Smigay, 2002). As violências: físicas, verbais, psicológicas, materiais, patrimoniais e sexuais instituídas pelas práticas de insulto, humilhação e inferiorização social (Rafaela Freitas & Marco Prado, 2022; Marco Prado & Frederico Machado, 2008) são observadas no cotidiano dessas pessoas em diferentes instituições e espaços sociais. Neste aspecto, os apontamentos de Megg de Oliveira (2018) são elucidativos ao evidenciar que a não historicização dessas trajetórias pode contribuir de forma substancial à interdição/silenciamento da existência e presença de travestis e transexuais nas sociedades contemporâneas, bem como em diferentes espaços sociais, como “bairros de periferia, boates, praças, pensões” (p. 168) e, também, nos banheiros públicos.

Os contextos familiar e escolar têm sido os ambientes mais citados de perpetração de violência homofóbica contra não-heterossexuais (Secretaria Especial de Direitos Humanos [SEDH], 2016). Na família, ao não terem suas experiências (re)conhecidas, pessoas transexuais e travestis são destituídas de legitimidade e lançadas à própria sorte para fora de suas casas desde muito cedo, acarretando o sofrimento ético-político desta população (William Peres & Livia Toledo, 2011). No que tange ao sistema educacional, o despreparo, articulado à ausência de políticas públicas de inclusão

de pessoas transexuais e travestis, viabiliza um itinerário de expulsão compulsória dessas pessoas das instituições educacionais (Keila Simpson, 2011).

Como aponta Bruna Benevides (2018), a categorização social de menos valia direcionada à população de travestis e transexuais é gradativamente organizada politicamente para que o “fracasso escolar” não seja compreendido como uma produção decorrente das estruturas excludentes da sociedade, responsabilizando-as pelo próprio processo de vulnerabilidade. Na ausência de um processo formativo sólido, é retirada dessas pessoas a possibilidade de ingresso no mercado formal de trabalho, impedindo qualquer possibilidade de ascensão social. Nesse sentido, a prostituição² e atividades a ela associadas acabam sendo uma das principais fontes de subsistência/sobrevivência de pessoas transexuais e travestis (Lorena Oliveira et al., 2022).

A utilização de banheiros públicos por essa população integra uma luta por direitos, uma vez que as proposições heteronormativas incidem muito precocemente em sua vida, produzindo violências de todo tipo. Não são raros os episódios de pessoas transexuais e travestis expulsas(os) de banheiros públicos, sob forte repressão policial que, paradoxalmente, mobiliza sentimentos de *revolta* e *aplausos*³ entre aquelas pessoas que, respectivamente, (re)conhecem a legitimidade dos corpos dissidentes e aquelas que pactuam em algum nível com processos de exclusão dessa população. Os mecanismos de violência empreendidos pela vigilância dos aparelhos do Estado e sociedade heterocentrada, acabam por determinar quais espaços a experiência de travestis e transexuais tem legitimidade para ocupar (Megg de Oliveira, 2018). O uso dos banheiros, juntamente com o reconhecimento do nome social, aceitação social e profissional, tornam-se aspectos imprescindíveis para que se tenha uma vida possível de ser vivida de forma integral (Jacqueline de Jesus, 2012).

Se a pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo (Gustavo Venturi & Vilma Bokany, 2011) já demonstrou que 93% da população entrevistada reconhecia há mais de 10 anos a existência de preconceitos contra esta população, a materialização dessas dinâmicas permanece tendo impacto direto em sua expectativa de vida, que não supera a marca de 35 anos: contexto substancialmente díspar da média da população brasileira (Bruna Benevides, 2022). Os números explicitados por essas e tantas outras pesquisas demarcam a realidade de pessoas transexuais e travestis, que são expostas, cotidianamente, à morte (Joseli Silva et al., 2019).

É neste contexto que, articulados às produções discursivas e práticas sociais sobre sexo, sexualidade, gênero, corpo e dimensão espacial, numa perspectiva heteronormativa, os banheiros aparecem como um espaço de problematização. Para fazerem uso dos banheiros e outros espaços sociais, pessoas transexuais e travestis passam por rotinas diárias de intimidações, humilhações, linchamentos e processos de desumanização de toda ordem: o que transforma esses espaços em campos de intensas disputas por (re)conhecimento, legitimidade e manutenção da vida. Apostando na visibilidade dessas experiências como ferramenta ético-política de sensibilização, mobilização, mudança, transformação social e emergência de sujeitos políticos que o presente estudo se propõe a discutir as experiências de pessoas transexuais e travestis no acesso aos banheiros públicos.

Partimos da compreensão de que o ambiente como meio físico se torna inteligível a partir dos determinantes históricos, ou seja, um espaço que é passível de transformações e que acolhe as práticas sociais dos seres humanos a partir de seu contexto sociocultural (Leanne Rivlin, 2003). Nesse sentido, as ações propositivas da psicologia ambiental estão inclinadas a discutir a interrelação entre sujeitos e ambientes físicos e sociais, de modo a nos auxiliar a compreender os efeitos em reciprocidade dos ambientes (naturais ou construídos) sobre a forma como as pessoas agem, se comportam, avaliam e percebem os espaços que frequentam (Gabriel Moser, 1998). Ao colocar os banheiros públicos como espaços historicamente construídos a partir de determinações heterocentradas, buscamos lançar luz sobre como a experiência de travestis e transexuais desafiam o *status quo*, de modo a evidenciar as dinâmicas que, paradoxalmente, interdita ou tornam legítimos determinados modos de ser e estar no mundo disruptivos às normas de gênero e sexualidade.

Conceber a estruturação dos banheiros públicos nesta perspectiva, por si só, desestabiliza a noção cristalizada, unívoca e universal de espaços exclusivamente binários, uma vez que consideramos a inexistência de ambientes físicos que não estejam envolvidos por um sistema sócio-histórico em que cada pessoa, em suas múltiplas determinações como sujeito, contribui para o que ocorre neles, tornando-se, igualmente, componente destes ambientes (Mara Campos-de-Carvalho et al., 2011; Leanne Rivlin, 2003). Assim, o acesso aos banheiros públicos é marcado por elementos correlacionais, visto que, na maioria dos casos, se constrói sob uma

perspectiva heteronormativa que, em sua estrutura – presença de mictórios, placas nas portas etc., dificulta, inviabiliza e/ou nega o acesso de pessoas transexuais e travestis a esses espaços (Paul Preciado, 2019).

A inserção de pessoas travestis e transexuais nos diferentes espaços sociais está condicionada às interações fundamentalmente heterocentradas produtoras de hierarquias sociais/sexuais. Numa perspectiva crítica de reflexão, que tem o preconceito como uma importante ferramenta de manutenção das hierarquias sexuais/sociais que garante a existência de assimetrias sem que elas apareçam como tais (Marco Prado & Frederico Machado, 2008), tomamos como prerrogativa de sustentação argumentativa a concepção que considera o processo de produção intencional das vulnerabilidades sociais a partir de um olhar para os múltiplos determinantes – sociais, políticos, culturais, econômicos etc. – que atravessam essas experiências.

Em consonância com Freitas e Prado (2022), acreditamos que há uma forma de organização social e política complexa que produz movimentos de deslegitimação da sociabilidade de pessoas transexuais e travestis e penaliza gênero como forma de reiteração da matriz heteronormativa que torna esses corpos passíveis de violência, abjeção e desprovidos de qualquer forma de legitimidade. É neste mundo sensível que localizamos este estudo, pretendendo alterar os critérios de audibilidade, sociais e institucionais, com vistas a produzir movimentos de ação política para viabilizar estratégias de desestabilização das dinâmicas que operam para assegurar posições de subalternidade dessa população, sobretudo no que diz respeito à ocupação dos banheiros públicos.

Percurso metodológico

Para a investigação, foram utilizados os pressupostos das pesquisas qualitativas, que buscam trabalhar com o conjunto de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes dos sujeitos, em um âmbito profundo das relações (Maria Minayo, 2014). Utilizamos como instrumento metodológico de produção de dados a história oral temática (Luciano Alfonso, 2015; Renata Pegoraro, 2024). Trata-se de um método de pesquisa que se utiliza de depoimentos que tornam visíveis os aspectos sociais, culturais e espaciais a partir da narrativa dos indivíduos, de modo a explicitar como estes são atravessados pelos aspectos comunitários nas suas construções subjetivas (Luciano Alfonso, 2015) e

parte de um tema pré-estabelecido (Renata Pegoraro, 2024). A conversa foi conduzida por uma pergunta disparadora: “como é sua experiência enquanto uma pessoa trans ou travesti no acesso aos banheiros públicos, dentro e fora da universidade?”.

Do ponto de vista metodológico da pesquisa, salienta-se que este estudo é um recorte de outro estudo, proposto para compreender como pessoas transexuais e travestis experienciam a utilização dos banheiros públicos no contexto específico da universidade. Por este motivo, os participantes deste estudo são todos regularmente matriculados em cursos diversos de graduação de uma instituição federal de ensino do Estado de Minas Gerais. Foram entrevistadas cinco pessoas. No que tange às categorias identitárias, as pessoas participantes deste estudo se nomearam como Levi, 26 anos, pessoa trans não-binária, bissexual, negra; Dominique, 23 anos, travesti não-binária pansexual, parda; Adel, 25 anos, homem trans, heterossexual, branco; Quinn, 31 anos, mulher trans, bissexual, branca; e, por fim, Noah, 25 anos, homem trans, bissexual, branco. Todas as pessoas participantes estavam regularmente matriculadas em cursos de graduação e foram identificadas a partir da técnica de *snowball* (Lorena Oliveira et al., 2022), ferramenta metodológica de recrutamento de participantes não probabilística e intencional que viabiliza a identificação de grupos de difícil acesso.

Todo o processo de análise dos dados foi orientado pelos pressupostos da análise crítica do discurso de inspiração foucaultiana (Michel Foucault, 1971). Trata-se de uma lente orientadora do processo interpretativo que viabiliza a compreensão das relações de poder constitutivas das sociedades e das relações humanas. Além disso, a referida técnica de análise possibilita compreender as experiências numa perspectiva histórica e contingencial, além de dar conta das práticas concretas inerentes à produção discursiva (Rosa Fischer, 2001).

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos da Universidade Federal de São João del-Rei (CEPSJ), sob o CAAE nº 45393721.8.0000.515, estando em consonância com as Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Para garantir o anonimato e confidencialidade das informações foram atribuídos nomes fictícios, estando a participação das pessoas entrevistadas condicionada à assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Resultados e discussão

O acesso aos banheiros públicos e a diferentes espaços sociais está diretamente relacionado às históricas produções discursivas que tentam, através de processos de reiteração social, estabelecer o “verdadeiro” sexo e gênero para determinados corpos (Paul Preciado, 2019; Cássio Serafim & Marluce Silva, 2006). Partimos dos debates relacionados a gênero e de como este conflui na experiência de pessoas transgêneras, transexuais e travestis com banheiros públicos, entendendo este último como espaço literal e simbólico de relações interpessoais e representações de diferentes estruturas sociais.

Observa-se que a utilização desses espaços está condicionada a uma linearidade compulsória fundamentalmente heterocentrada e binária, em que as pessoas que os utilizam, para além de satisfazerem suas necessidades fisiológicas mais básicas (quando não são impedidas), atendam à interpelação das estruturas normativas de regulação de corpos que (re)afirmam determinados modos de expressão dos pactos de masculinidade e feminilidade. Esses pactos podem reverberar em processos de humilhação social, como expresso na fala de Noah:

quando você é trans você está sempre com medo de sofrer transfobia porque pode acontecer em qualquer espaço, principalmente no banheiro, que é um lugar íntimo, e que tem muita gente preconceituosa. Já aconteceu de homens cis me expulsar de banheiro, mulher cis me expulsando do feminino, segurança me expulsando dos dois. Sempre tem a insegurança e o medo de ser violentado e impedido (Noah, 25 anos, homem trans, bissexual, branco).

Levando em consideração os elementos que constituem a dinamização dos banheiros públicos, numa perspectiva heteronormativa, a fala de Noah representa a materialização das consequências dos preconceitos estruturais direcionados a pessoas transexuais e travestis. Os sistemas de poder representados na inter-relação público-privado e banheiros públicos, instituem dinâmicas hierárquicas em que experiências atravessadas por marcadores sociais da diferença são submetidas a diferentes formas de ordenamento social, fundamentalmente moralizantes, que revelam o caráter de encolhimento e restrição dos espaços privados (Cláudia Mayorga, 2014). Assim, os espaços tidos como públicos, quando capturados pela astúcia dos sistemas cisheteronormativos, tornam-se privados, configurando

um cenário promissor para a (re)produção das inúmeras violências – psicológicas, físicas, verbais, sexuais, patrimoniais e materiais – constitutivas das pedagogias do insulto (Marco Prado & Rogério Junqueira, 2011).

Um dos principais aspectos problemáticos apontados por Adel (25 anos, homem trans, heterossexual, negro), Levi (26 anos, pessoa trans, não-binária, bissexual, negra) e Noah (25 anos, homem trans, bissexual, branco), em se tratando dos banheiros masculinos, é o fato de a maioria deles ter apenas mictórios, muitas vezes não terem porta, não ter papel higiênico e de estarem quase sempre muito sujos, elementos que retiram qualquer possibilidade de privacidade. Noah ainda destaca que normalmente usa o banheiro quando não tem ninguém, uma vez que se sente mais confortável desta forma. Os mictórios, embutidos na parede e disponíveis ao olhar público, colaboram com a única lei arquitetônica de todos os banheiros masculinos: a separação das funções de urinar em pé no mictório e evacuar sentado nas cabines. Ou seja, para se produzir a masculinidade heterossexual legítima é imprescindível a separação da genitália urinária e do ânus (Paul Preciado, 2019).

A construção dos banheiros cria limites quase naturais em resposta a diferenças entre homens e mulheres, funcionando como uma verdadeira prótese discursiva de gênero (Paul Preciado, 2019) que produz e corrige as diferenças baseadas na biologia. O mictório, por exemplo, atua como uma prótese da masculinidade, uma vez que facilita a postura vertical para urinar em pé, a qual é uma das performances instituídas e reiteradas da masculinidade heterossexual. Em razão disso, os mictórios não estão isolados e dentro das cabines, mas sim em espaços abertos ao público: já que urinar em pé entre homens é uma atividade cultural que gera laços sociais que apenas são compartilhados pelos “verdadeiros homens” (Paul Preciado, 2019; Daniel Welzer-Lang, 2001). A experiência de Dominique explica esta realidade:

Os banheiros são muito abertos e isso pode fazer com que uma pessoa trans não se sinta confortável. Isso faz com que o banheiro [masculino] seja um ambiente exclusivo para só quem tem pênis usar aquilo. Um homem trans não conseguiria usar mesmo tendo feito a transição. Além do mictório, não tem porta, não tem vaso sanitário e não tem papel (Dominique, 26 anos, travesti, não-binária, pansexual, parda).

Salienta-se que, nas experiências transmasculinas, as dinâmicas de poder também se atualizam e se

refinam para atender às convocações cisheteronormativas, constringendo as pessoas transsexuais e travestis e convocando-as a oferecer justificativas sobre a utilização desses espaços. Essa dinâmica pode ser observada no relato de Adel:

A gente chega no banheiro masculino com medo de ter só mictório. Essa é uma verdade. Com medo de não ter porta. E o que que acontece se a gente chegar num lugar e não tiver porta e que só tiver mictório? Eu lavo o rosto e finjo que fui fazer só isso. E tenho que lidar com outras situações: de às vezes fazer até na rua para não ter que passar por essa situação Numa festa em São João já [utilizei o banheiro feminino]. Eu cheguei no banheiro [masculino] e só tinha mictório e não tinha porta e aí eu chamei uma amiga minha Falei para ela entrar primeiro [no banheiro feminino] para ver se tinha muita gente. Tinha uma menina só e aí eu entrei. A menina falou: aqui é o banheiro feminino. Aí eu falei: desculpa aí, mas eu precisava usar o banheiro e tal. Na hora ela ficou meio ressabiada, mas eu parei ela na festa e conversei direito. Mas é uma coisa que marca. Uma coisa triste e que marca (Adel, 25 anos, homem trans, heterossexual, branco).

A experiência de Noah e de Adel em banheiros públicos explicita um cenário caótico de violação de direitos, além de evidenciar o caráter político desses espaços, que se estruturam como um campo de intensas disputas em que o ponto de convergência com outros espaços sociais reside na luta pela manutenção da vida. Rejeitadas(os), silenciadas(os), invisibilizadas(os) e submetidas(os) a inúmeras formas de constrangimento, humilhação e inferiorização no ordenamento social e institucional, fundamentalmente cisheteronormativo, são pessoas excluídas tidas como “sem lugar” e destituídas(os) de qualquer possibilidade de pertencimento.

Faz-se mister destacar que a utilização dos banheiros públicos por pessoas transexuais e travestis envolve um debate com diferentes setores da sociedade, inclusive o poder legislativo. Se, por um lado, a Resolução nº 12/2015 dispõe sobre os “parâmetros para a garantia das condições de acesso de pessoas travestis e transexuais – e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida – em diferentes espaços sociais”, e afirma no art. 6º a garantia “do uso de banheiros, vestiários e demais espaços segregados por gênero, quando houver, de acordo com a identidade de gênero de cada sujeito”; por outro, a normativa é intensamente atacada por setores conservadores da sociedade que pactuam, em alguma medida, com a

exclusão e o processo de desumanização em massa dessas populações, sob a égide de violação do direito à intimidade. É nesse sentido que Quinn relata que:

temos que entender o direito ao uso do banheiro enquanto parte de um processo de legitimação institucional do gênero das pessoas trans. Então se o banheiro é parte dessa legitimação, então o uso está diretamente ligado com os direitos individuais e de liberdade, igualdade social e jurídica, porque está no pacote de compreensão daquilo que é ou deveria ser o gênero em nossa cultura. É uma percepção de que a cultura entende os estereótipos de gênero dessa maneira e ser reconhecido com pessoa transgênero é ter o direito de acessar esse pacote de compreensão do gênero integralmente (Quinn, 31 anos, mulher trans, bissexual, branca).

Salienta-se que, em consonância com Prado e Junqueira (2011), acreditamos que, ao tomar as legislações como elemento único à mudança social, estaríamos viabilizando um debate reducionista que pouco ajuda na inclusão de pessoas transexuais e travestis nos diferentes espaços sociais. Argumentamos, assim, que tomá-la como objeto único de transformação social é, por si só, desconsiderar as contingências históricas em que essas leis foram produzidas e por quem foram pensadas. Apostamos que, para além das legislações, precisamos viabilizar movimentos coletivos de desestabilização dos diferentes sistemas de opressão estruturais – sexistas, misóginos, racistas, classistas, patriarcais, coloniais – e suas intersecções que asseguram a manutenção de hierarquias de uns sobre os outros.

Assim, para posicionar este debate numa arena política, torna-se imprescindível refletir sobre as perguntas feitas pela psicologia ambiental: A cidade para quem/quê? O espaço público para quem/quê? Os banheiros públicos para quem/quê?, de forma articulada aos debates sobre sexualidade e gênero e aos aspectos psicossociais envolvidos nesta forma de ordenamento social. Os espaços físicos, dentre eles o banheiro, são constitutivos da experiência humana e atuam como lócus de produção de subjetividades. Desse modo, faz-se mister problematizar como esses espaços, paradoxalmente, emergem enquanto lócus privilegiado de reiteração das normas de gênero, locais de resistência e, sobretudo, subversão. As perguntas mobilizadas anteriormente pela psicologia ambiental colocam em evidência as relações de poder que subsidiam os debates sobre a utilização dos banheiros públicos por pessoas travestis e transexuais, oferecendo indicativos importantes acerca de

quais corpos são considerados legítimos e estão autorizados a frequentá-los (Gabriel Moser, 1998).

A passabilidade torna-se um conceito importante de ser observado na complexa dinâmica dos banheiros. Este refere-se ao desenvolvimento de contornos e traços corporais que, em seus limites, possibilitam que uma pessoa seja reconhecida como cisgênera. Na transição, a experiência da passabilidade pode se tornar um horizonte normativo que acaba por definir e aplicar valores aos corpos e aos próprios sujeitos. Isso possui ligação direta com o acesso aos banheiros, uma vez que, quanto mais uma pessoa transexual e/ou travesti se parece com uma pessoa cisgênera, mais fácil se torna o acesso, trânsito e pertencimento a esses espaços. Na dinâmica dos espaços públicos, ser passável garante uma transitabilidade segura (Júlia Pontes & Cristiane Silva, 2017). Essa noção pode ser observada na fala de Quinn:

Uma pessoa trans que não tem essa passabilidade corre muito mais riscos no banheiro. A passabilidade é algo muito ambíguo que se relaciona com uma questão de aceitação em estar num mundo, em uma sociedade, e querer pertencer a ela. Existe uma pressão externa pela aceitação e uma interna de: o que preciso fazer com este corpo para que ele diga sobre a minha trajetória; Que tipo de corpo é esse? E aí você tem as transformações corporais e elas não são peculiares e inerentes à questão da transgeneridade, e o quê da minha narrativa eu quero manifestar no meu corpo. Então é algo muito polêmico, porque se ela é ruim por um lado de que, às vezes, muitos trans cedem para atender o padrão daquilo que se compreende como corpo masculino ou feminino, por outro lado, existe um prazer nosso de perceber o nosso corpo enquanto nosso território, enquanto nossa expressão criativa. E essas coisas se misturam, se mancham muito. Será que aquela modificação, transição de gênero é uma questão somente externa ou somente de uma expressão particular? E então existe um desejo e o mundo, um desejo de ser aceita no mundo e que esse mundo possa acolher o desejo de manifestar a expressão no território que é esta carne chamada corpo (Quinn, 31 anos, mulher trans, bissexual, branca).

A experiência de Quinn viabiliza, em termos analíticos, considerar a passabilidade em termos paradoxais. Isto é, se por um lado é uma estratégia de pertencimento, transitabilidade e manutenção da vida, pois viabiliza que esses corpos ocupem os diferentes espaços sociais sem sofrerem as sanções/interpeleções

dos sistemas cisheteronormativos; por outro lado assegura a manutenção da invisibilidade de categorias identitárias, na medida em que, ao se assemelharem ao modelo binário da estética dos corpos, se tornam pessoas dignas de legitimidade, reconhecimento e pertencimento aos diferentes espaços sociais. Torna-se imperativo sublinhar que um maior grau de passabilidade não exclui os obstáculos impostos pelas normas de gênero e sexualidade presentes nas dinâmicas dos espaços públicos, sobretudo os banheiros.

Assim, a análise desses processos nos aponta para os perigos do paradoxo da violência/opressão da passabilidade, na medida em que coloca diferentes sujeitos e corpos numa posição “adaptativa” às determinações heteronormativas. Ao tomar as relações de poder que constituem essa forma de organização social, estamos propondo desestabilizações necessárias de diferentes sistemas de opressão para que a passabilidade não seja vista como estratégia de manutenção da vida, mas, sim, como objeto de problematização que explicita o funcionamento e dinamização da heteronormatividade e cria pontos nodais de reflexões antagônicas aos sistemas normativos de controle, regulação e estética dos corpos.

Assim, os critérios de audibilidade que asseguram a invisibilidade desses corpos devem ser alterados de modo a considerar que a passabilidade não seja uma ferramenta necessária para o livre trânsito de pessoas transexuais e travestis nos banheiros públicos e em outros espaços sociais, embora se reconheça, neste momento histórico, que ela seja uma ferramenta estratégica de manutenção da vida. Ao contrário, argumenta-se que as estratégias pensadas para viabilizar a mudança social no que diz respeito a considerar essas experiências como legítimas à diversidade humana, residam na desestabilização estrutural dos diferentes sistemas de opressão, pois, uma vez (re)conhecida e conferida legitimidade a essas experiências, a categoria de passabilidade não terá a mesma funcionalidade, pois essas pessoas serão transpostas para a arena da legitimidade dos corpos.

Nesta mesma linha de pensamento, Levi (26 anos, pessoa trans, não-binária, bissexual, negra) relata que pessoas transexuais sentem muito desconforto para atender as expectativas dos sistemas normativos de modo a minimizar os diferentes níveis de discriminação. Isso revela que os atos performativos de gênero (Judith Butler, 2003) de uma pessoa transexual ou travesti são muito mais visualizados do que qualquer aspecto de sua constituição subjetiva, pois a sociedade também (re)produz preconceitos de acordo

com os traços visíveis dos corpos e este fato interfere diretamente nas questões de utilização dos banheiros públicos. Entendemos tal como Juliana Perucchi et al. (2022) que, diferentemente das experiências de pessoas cis, cujas práticas são naturalizadas e prescritas, as pessoas transexuais e travestis podem enxergar sua inserção no *modus operandi* heteronormativo uma das poucas possibilidades de se obter legitimidade.

A experiência de Levi nos permite observar que um dos tentáculos do preconceito contra travestis e transexuais tem na performatividade de gênero a força propulsora de classificação social que viabiliza a produção de experiências de subalternidade na medida em que esses corpos são constantemente interpelados a partir das expectativas heteronormativas. Neste sentido, há uma intensificação dos níveis de preconceito e violências perpetradas contra essa população diretamente proporcional ao distanciamento da linearidade compulsória da heterossexualidade. Não por acaso, para Levi, “quanto mais passável, quanto mais normativo você for, menos transfobia você sofre”.

Para além da adequação performática de corpos, fundamentalmente heteronormativos, entendemos que os aspectos constitutivos da experiência de preconceito vivenciados por esta população têm como ponto nodal elementos que articulam e operam na manutenção de processos de desumanização. Nos referimos às produções discursivas que reiteram as noções de gênero, sexo, sexualidade e corpos, numa perspectiva binária, excluindo as experiências trans e travestis da própria noção de corpos que importam (Judith Butler, 2019); aos sistemas de opressão – sexista, machista, misógino, patriarcal, racista, classista – e suas interseções que (re)afirmam as hierarquizações (Frederico Prado & Marco Machado, 2008) fundamentadas na dominação masculina (Daniel Welzer-Lang, 2001) e que produzem preconceitos e formas correlatas de violência de gênero (Karin Smigay, 2002).

Além disso, essas dinâmicas podem estar articuladas às pedagogias do insulto, que corporificam as inúmeras formas de violência – psicológica, verbal, material, simbólica, física, patrimonial (Marco Prado & Rogério Junqueira, 2011) – e intensificam os processos de discriminação sexual/social; à omissão institucional, que afasta as pessoas transexuais e travestis do acesso às políticas públicas – de saúde, educacionais, de assistência social, de segurança pública, econômicas etc. – viabilizando um contexto de produção intencional de vulnerabilidades. Soma-se a esses aspectos o não respeito ao uso do nome social no âmbito da administração

pública federal direta, autárquica e fundacional, mesmo sendo uma prerrogativa referendada em termos de lei (Decreto nº 8.727/2016; Juliana Perucchi et al., 2022); à restrição/negação ao mercado de trabalho, inviabilizando qualquer possibilidade de ascensão social; à criminalização das travestilidades e transexualidades (Flávio Natal-Neto et al., 2016), produtora de sistemas de classificação social que asseguram a manutenção de um *status quo* que associa essas experiências a categorias de periculosidade, viabilizando um cenário de encarceramento em massa (Letícia Nascimento, 2021); por fim, ao sofrimento ético-político intrínseco na dialética inclusão-exclusão (Bader Sawaia, 2001), presente nas proposições da arquitetura e outras áreas do conhecimento que, ao refletirem sobre a dinamicidade dos espaços, numa perspectiva normativa, acaba por reiterar a exclusão de pessoas transexuais e travestis dos banheiros públicos (Paul Preciado, 2019); entre outros fatores que incidem na potência de vida desses sujeitos.

Outro aspecto relevante observado nas falas das(os) entrevistadas(os) diz respeito às representações de gênero, fundamentalmente binárias, estampadas nos símbolos dos banheiros públicos.

uma pessoa que não é binária ou se identifica com qualquer outro gênero, o binarismo é muito visível, pois a pessoa vai ter que escolher um dos dois banheiros que estão declarados “não pode para você”. As figuras no banheiro já dizem quem é que pode entrar lá dentro (Dominique, 23 anos, travesti, não-binária, pansexual, parda).

No que tange a esses aspectos, há um consenso entre as pessoas entrevistadas neste estudo sobre estas representações: consideradas excludentes e ultrapassadas por não darem conta das múltiplas possibilidades de expressão de gênero constitutivas da sociedade. Assim, esses símbolos são considerados estratégias de poder que, através de seus dispositivos de normatização e regulação dos corpos, asseguram a exclusão e o sofrimento ético-político de pessoas que escapam ao modelo binário de gênero. Se a prerrogativa de afirmar o “verdadeiro sexo” dos indivíduos era de exclusividade do saber médico e judiciário no século XIX (Michel Foucault, 2004), na contemporaneidade, o próprio ambiente vigia e pune as pessoas que ousam borrar à linearidade heteronormativa. É nesse sentido que a construção das placas para representar a binaridade de gênero opera para determinar quem tem ou não tem o direito de usar aquele espaço. Nesse sentido, as damas e cavalheiros, bigodes ou flores, calças ou vestidos

tornam gênero um aspecto substancial, deixando a funcionalidade primordial dos banheiros em segundo plano (Paul Preciado, 2019).

Diante de tais barreiras arquitetônicas, simbólicas e discursivas, resta uma questão a ser pensada: criação de banheiros específicos para pessoas transexuais e travestis seria uma resposta efetiva para a sua inclusão nesses espaços? De acordo com as pessoas entrevistadas, a questão não é consensual:

Sobre banheiro para transgêneros binários e não-binários, acho segregação, fim. Agora, banheiros sem gênero eu gosto, tem que colocar todo mundo pra circular, se relacionar, é uma possibilidade, mas junto com ele, tem que vir uma educação que lute contra misoginia e a favor da igualdade de gênero, não é só o banheiro que vai resolver não (Quinn, 31 anos, mulher trans, bissexual, branca).

Porque uma pauta das pessoas trans da comunidade trans em si é essa de criar um banheiro para pessoas trans ou um banheiro separado. E aí você está excluindo elas, sabe? Porque tem muito disso né? Se você não aceita essas pessoas num banheiro comum, você meio que rotula elas e exclui elas. E isso é muito válido, eu entendo que isso é muito válido, mas a gente tem que ser aceito em todos os lugares, em lugares comuns que a gente se identifique, sabe? Só que ao mesmo tempo isso não acontece, sabe? E talvez tendo um terceiro banheiro, muitos desconfortos que pessoas trans passam podem ser amenizados, entende. Então acho que sim, poderia ter um banheiro específico para outras pessoas assim (Levi, 26 anos, pessoa trans, não-binária, bissexual, negra).

Eu acho que o futuro é esse, o futuro é ter um grande banheiro limpo que as pessoas pudessem usar, sem ser sexualizados, porque tá fazendo xixi sentado ou em pé . . . Hoje, por exemplo, se fosse para propor para a faculdade é fazer um, deixar todos os banheiros serem, tipo, não ter gênero, eu acho que da faculdade é fácil de conquistar isso, fácil não, né? (Adel, 25 anos, homem trans, heterossexual, branco).

Eu acho a ideia boa, tipo assim, a ideia de ter banheiro para pessoas não binárias interessante. Só que o banheiro, por exemplo, exclusivamente para pessoas transgêneras femininas, por exemplo, ou transgêneras masculinas, eu acho um pouco excludente. No sentido de que tipo, a pessoa teria que usar um banheiro aleatório, assim, tipo, banheiro de mulheres trans, banheiro de homens trans, em vez de usar o banheiro masculino ou feminino,

que a pessoa se identifica, entendeu? (Dominique, 26 anos, travesti, não-binária, pansexual, parda).

Mas para pessoas não binárias isso é uma questão. Você não é aceito em nenhum dos dois. Além de questões de assédio contra o feminino. Três banheiros seria o ideal, mas não impedir ninguém de usar um ou outro Acredito que os banheiros sem gênero são necessários, já que nem todas as pessoas trans se sentem à vontade para frequentar banheiros femininos e masculinos, além de ser um lugar possivelmente mais seguro e acessível para pessoas trans. Porém, a existência de um terceiro banheiro não deve impedir que pessoas trans utilizem banheiros femininos e masculinos, se assim desejarem (Noah, 25 anos, homem trans, bissexual, branco).

Podemos observar que esse é um campo em disputa por significação, e que se constitui a partir de dissensos que, por consequência, nos mobilizam mais a estabelecer tensões do que a viabilizar respostas rápidas e únicas para um debate tão complexo. Assim, defendemos o caráter paradoxal, contingencial e paradigmático dessa questão. O caráter paradoxal dos banheiros públicos reside na manutenção das lógicas heterocentradas, que (re)afirmam o *status quo* de linearidade compulsória dos sistemas de gênero, sexo, direcionamento sexual e afetivo, (re)produzindo a cisheteronormatividade como lógica estruturante; ao mesmo tempo que se configuram e se estruturam como espaços de intensas disputas por (re)conhecimento, legitimidade e diversidade de experiências dissidentes de gênero e sexualidade.

Ademais, estamos argumentando que o caráter contingencial deste debate se relaciona às discussões sobre a criação de um banheiro exclusivo para as pessoas transexuais e travestis, ao capturar as relações de poder produtoras de sofrimento ético-político que se corporificam na dialética inclusão-exclusão, a “inclusão” perversa. Assim, ao tomar como ponto de partida a criação de um novo banheiro para esta população com vistas à minimização das violências perpetradas, podemos estar reforçando a máxima “a sociedade exclui para incluir”, uma vez que “a transmutação, é condição da ordem social desigual, o que implica no caráter ilusório da inclusão” (Bader Sawaia, 2001, p. 8).

Por fim, trata-se de um debate paradigmático. Acreditamos que somente através da desarticulação dos diferentes sistemas produtores de subalternidade e hierarquizações – raciais, classistas, sexistas, machistas, misóginos, patriarcais, sexistas etc. – poderemos borrar os preconceitos que estruturam a sociedade e

as relações humanas de modo a viabilizar um processo de inclusão efetiva dessa população nos diferentes espaços sociais. É nesse sentido que legislações como a Resolução nº 12/2015, por exemplo, articuladas à sensibilização social e à produção de debates críticos sobre questões relacionadas à sexualidade, gênero, sexo, corpo, espacialização e as consequências desses marcadores para o processo de subjetivação de diferentes atores sociais, são tidas como potentes ferramentas políticas de mudança social. São nesses intensos, complexos e litigiosos debates sobre a utilização de banheiros públicos por pessoas transexuais e travestis que esta temática se insere.

Considerações finais

O objetivo deste estudo foi discutir como pessoas transexuais e travestis experienciam a utilização dos banheiros públicos. Partimos de uma compreensão da realidade que enxerga as violências físicas, psicológicas, materiais, sexuais e patrimoniais contra essa população a partir de estratégias políticas históricas de produção intencional de vulnerabilidades sociais. Ao (re)produzir os padrões de masculinidade e feminilidade, fundamentalmente heterocentrados, a sociedade auxilia na manutenção das dinâmicas de minimização da potência de vida e de deslegitimação das diferentes categorias identitárias.

As experiências narradas pelas pessoas entrevistadas viabilizaram análises sobre as noções de público-privado que, ao conceber os banheiros públicos como estratégia de poder que controla e regula os corpos, potencializa no imaginário social a noção de abjeção de experiências de travestilidades e transexualidades, fortalecendo as moralizações das expressões de sexualidade e de gênero. É nesse sentido que a transitabilidade dessa população nesses espaços representa uma luta cotidiana por (re)conhecimento, legitimidade e manutenção da diversidade da vida.

Como pontos nodais de reflexão em direção à mudança social, argumentamos sobre a desestabilização dos diferentes sistemas normativos – classistas, racistas, misóginos, sexistas e suas interseções – com vistas a viabilizar a mudança dos critérios de audibilidade que silenciam, cotidianamente, esta população. Analisar os preconceitos perpetrados contra experiências de travestilidades e transexualidades numa perspectiva estrutural viabiliza debates mais democráticos, de modo a evitar os reducionismos facilmente identificados nessas

relações. Assim, argumentamos que a utilização dos banheiros públicos por não-heterossexuais deve ser pensada em termos paradoxais, contingenciais e paradigmáticos, sob o risco de reproduzir as mesmas relações de poder que se quer desestabilizar.

Insistimos na possibilidade de estudos futuros com vistas a produzir um debate sólido e profundo, refletindo sobre o sofrimento ético-político intrínseco à relação dialética inclusão-exclusão, de modo a borrar os múltiplos determinantes que naturalizam as violências sofridas por pessoas transexuais e travestis. Consideramos justa toda forma de expressão humana e (re)afirmamos o posicionamento ético do exercício profissional da psicologia na luta contra os processos de promoção do sofrimento, discriminação e opressão das experiências historicamente subalternizadas.

Referências

- Alfonso, L. (2015). *História oral temática como recurso na pesquisa com profissionais do Jornalismo Cultural*. 10º Encontro Nacional de História da Mídia, Porto Alegre.
- Benevides, B. G. (2018). Por uma epistemologia das resistências: Apresentando saberes de travestis, transexuais e demais pessoas trans. *Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero*, 9(2), 252-255. https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/12858/pdf_12
- Benevides, B. G. (2022). *Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021*. ANTRA.
- Bento, B. (2008). *O que é a transexualidade*. Brasiliense.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2019). *Corpos que importam: os limites discursivos do "sexo"*. Crocodilo.
- Campos-de-Carvalho, M., Cavalcante, S., & Nóbrega, L. M. A. (2011). Ambiente. In S. Cavalcante & G. Elali (Orgs.), *Temas básicos em psicologia ambiental* (pp. 28-43). Vozes.
- Decreto nº 8.727, de 28 de Abril de 2016. (2016, 26 abr.). Presidência da República. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8727.htm
- Fischer, R. M. B. (2001). Foucault e a análise do discurso em educação. *Cadernos de Pesquisa*, 144, 197-223. <https://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742001000300009>
- Foucault, M. (1971). *Ordem do discurso*. Loyola.
- Foucault, M. (2004). O verdadeiro sexo. In *Ética, sexualidade, política (Ditos e escritos; V)* (pp. 82-91). Forense Universitária.
- Freitas, R. V., & Prado, M. A. M. (2022). *Travestilidades em diálogo na pista acadêmica*. Autêntica.
- Jesus, J. G. (2012). *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. EDA/FBN.
- Mayorga, C. (2014). Algumas contribuições do feminismo à psicologia social comunitária. *Athena Digital*, 14(1), 221-236. <http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenead/v14n1.1089>
- Minayo, M. C. S. (2014). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. Hucitec.
- Moser, G. (1998). Psicologia ambiental. *Estudos de Psicologia*, 3(1), 121-130. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/epsic/a/JJ6HsWrYfmYZy9XxZxtYVFr/?format=pdf&lang=pt>
- Nascimento, L. (2021). *Transfeminismo*. Jandaíra.
- Natal-Neto, F. O., Macedo, G. S., & Bicalho, P. P. G. (2016). A Criminalização das identidades trans na escola: efeitos e resistências no espaço escolar. *Psicologia Ensino & Formação*, 7(1), 78-86. <http://dx.doi.org/10.21826/2179-58002016717886>
- Oliveira, L., Paixão, O. V. B., & Gea, K. D. (2022). Travestis e mulheres transexuais prostitutas em Belo Horizonte: uma discussão sobre trabalho, trajetórias, reconhecimento e cidadania. In M. A. M. Prado & R. V. Vasconcelos (Orgs.), *Travestilidades em diálogo na pista acadêmica* (pp. 211-240). Autêntica.
- Oliveira, M. R. G. (2018). Por que você não me abraça? *Revista Internacional de Direitos Humanos*, 15(28), 167-179. Recuperado de <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2019/05/sur-28-portugues-megg-rayara-gomes-de-oliveira.pdf>
- Pegoraro, R. F. (2024). História de vida em pesquisas na interface Psicologia e Saúde. In E. R. Pereira, E. F. Rasera & R. F. Pegoraro (Orgs.), *Pesquisa qualitativa em psicologia social e saúde* (pp. 288-302). UFSC.
- Peres, W. S., & Toledo, L. G. (2011). Dissidências existenciais de gênero: resistências e enfrentamentos ao biopoder. *Revista Electrónica de Psicología Política*, 11(22), 261-277. <http://hdl.handle.net/11449/127026>
- Perucchi, J., Rodrigues, F. D., & Brandão, B. C. (2022). Desafios das práticas Psi para autonomia dos sujeitos em trabalhos com pessoas travestis e transexuais. In M. A. M. Prado & R. V. Vasconcelos (Orgs.), *Travestilidades em diálogo na pista acadêmica* (pp. 93-114). Autêntica.
- Pontes, J. C., & Silva, C. G. (2017). Cisnormatividade e passabilidade: deslocamentos e diferenças nas narrativas de pessoas trans. *Revista Periódicus*, 1(8), 396-417. <https://doi.org/10.9771/peri.v1i8.23211>
- Prado, M. A. M., & Junqueira, R. D. (2011). Homofobia, hierarquização e humilhação social. In G. Venturini & V. Bokany (Orgs.), *Diversidade sexual e homofobia no Brasil* (pp. 51-71). Fundação Perseu.
- Prado, M. A. M., & Machado, F. V. (2008). *Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade*. Cortez.
- Preciado, P. B. (2019). Lixo, gênero, mijar/cagar, masculino/feminino. *Revista Performatus*, 7(20), 1-5. http://performatus.com.br/wp-content/uploads/2019/03/Paul-Preciado_ed20_eRevistaPerformatus.pdf
- Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015. (2015, 16 jan.). Presidência da República. Recuperado de <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/old/cncd-lgbt/resolucoes/resolucao-012>
- Rich, A. (2010). Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades*, 4(05), 18-44. <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309>
- Rivlin, L. G. (2003). Olhando o passado e o futuro: revendo pressupostos sobre as inter-relações pessoa-ambiente. *Estudos de Psicologia*, 8, 215-220. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2003000200003>
- Sawaia, B. (2001). Introdução: exclusão ou inclusão perversa. In B. Sawaia et al. (Orgs.), *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 7-13). Vozes.

- Secretaria Especial de Direitos Humanos. (2016). *Relatório de violência homofóbica no Brasil: ano 2013*. Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.
- Serafim, C., & Silva, M. (2006, ago.). *A inserção da travesti no cotidiano social: o uso do banheiro público*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 7: Gênero e Preconceitos, Florianópolis. Recuperado de https://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/fg7/artigos/S/Serafim-Silva_16.pdf
- Silva, J. M., Ornat, M. J., Cabral, V., & Lee, D. (2019). 'Quando uma trans é morta, outras mil se levantam!': transnecropolítica e transresistência no Brasil. *Geografia*, 44(2), 215-231. <https://doi.org/10.5016/geografia.v44i2.15114>
- Simpson, K. (2011). Travestis: entre a atração e a aversão. In G. Venturini & V. Bokany (Orgs.), *Diversidade sexual e homofobia no Brasil* (pp. 109-117). Fundação Perseu.
- Smigay, K. E. V. (2002). Sexismo, homofobia e outras expressões correlatas de violência: desafios para a psicologia política. *Psicologia em Revista*, 8(11), 32-46. <http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/136>
- Venturi, G., & Bokany, V. (2011). *Diversidade sexual e homofobia no Brasil*. Fundação Perseu Abramo.
- Welzer-Lang, D. (2001). A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*, 9(2), 460-482. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200008>

¹ Adotamos o nome e sobrenome das(os) autores nas citações intratextuais, orientando-nos por uma perspectiva ético-política e epistemológica de produção do conhecimento, como estratégia de visibilização de autorias femininas e de pessoas trans.

² Não é nosso intuito aprofundar nas discussões sobre prostituição, tendo em vista suas dinâmicas complexas de organização, que revelam múltiplos valores e sentidos, passíveis de resignificação e reinvenções, constitutivos da experiência de cada sujeito e de suas subjetividades. Propõe-se considerá-la em termos paradoxais, na medida em que viabiliza condições de sobrevivência de pessoas que vivem à margem (Keila Simpson, 2011), promovendo a criação de redes de sociabilidade, estabelecimento de laços afetivos e de suporte social para pessoas transexuais e travestis (Lorena Oliveira et al., 2022); ao mesmo tempo em que pode se configurar como um contexto de vulnerabilidade que auxilia na manutenção das violência de gênero, controle e regulação de corpos, assegurando a noção de abjeção.

³ Nos referimos aqui aos diferentes casos de transfobia em contexto brasileiro. O caso de Lanna Hellen, travesti que viralizou nas redes sociais após ser expulsa pela segurança de um *shopping* em Maceió/AL; e o de uma adolescente transexual exposta nas redes sociais ao fazer uso do banheiro feminino numa escola particular da cidade de Belo Horizonte.

Lídia Figueiredo dos Santos, Especialista em Avaliação Psicológica pelo Instituto de Pós-Graduação e Graduação (IPOC), é Mestranda em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília (UnB). Endereço para correspondência: Instituto de Psicologia, Departamento de Psicologia Clínica, UnB Campus Darcy Ribeiro (ICC) – Sul – Asa Norte, Brasília/DF. Email: lidiafigueiredo.psi@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5794-3849>

Pedro Luiz Rocha Rodrigues, Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), é Psicólogo no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da Prefeitura Municipal de Cachoeira da Prata/MG. Email: psipedroluiz@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1480-5075>

Wellington Magno da Silva, Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), é Doutorando em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Professor Substituto da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Email: welligthon@hotmail.com.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8025-6206>

Larissa Medeiros Marinho dos Santos, Doutora em Psicologia pela Universidade de Brasília (UnB), é Professora da Universidade de Brasília (UnB). Email: larissa.santos@unb.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4906-4163>

Isabela Saraiva de Queiroz, Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais, é Professora da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Email: isabelasq@ufs.edu.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0839-1512>

Recebido em 04.out.24

Revisado em 11.jul.25

Aceito em 29.jul.25